

APRESENTAÇÃO

Esta publicação traz a produção dos alunos do Curso de Extensão em Direitos Humanos, ocorrido na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado entre os meses de agosto e dezembro de 2022. Participaram do curso mais de uma centena de alunos, entre Procuradores e servidores; recebemos, ao longo das aulas, dezesseis grandes mestres que abordaram temas essenciais para o estudo de diversos assuntos atuais dentro dos direitos humanos sob a perspectiva e o recorte interseccional.

É importante destacar que o estudo dos direitos humanos existe no âmbito da Procuradoria Geral do Estado desde 2002, e sempre se constituiu em um importante instrumento de pesquisa, produção de conhecimento e contribuição para a Administração Pública Estadual.

A proposta do curso foi de complementação da formação técnico-profissional, introdução à pesquisa e reflexão sobre questões que dizem respeito aos direitos humanos, buscando conciliar o estudo acadêmico com a necessidade de formação de aplicadores e multiplicadores dos direitos humanos dentro da advocacia pública e da Administração.

Desse modo, o curso foi um espaço de discussão democrático, plural e científico, tendente à produção de ideias e sugestões práticas de atuação da Administração, redução de litigiosidade, políticas públicas e produção legislativa, e este Boletim reflete tudo isso nos artigos que aqui se apresentam.

Neste trabalho, constam artigos de alunos que foram selecionados, e procuramos trazer reflexões a respeito dos diversos temas debatidos durante o curso, principalmente sobre a pluralidade da sociedade e como a Administração Pública pode atuar a partir da perspectiva dos direitos humanos, da democracia, da liberdade, das igualdades de gênero, raça e orientação sexual, do anticapacitismo e de outras diversidades.

Assim, esperamos que a presente publicação possa transformar nossos debates teóricos em um instrumento a ser utilizado na prática por Procuradores e demais agentes públicos. Não gostaríamos que as discussões se esgotassem ou permanecessem internalizadas, considerando-se a função multiplicadora que o estudo de direitos humanos deve ter, e, para tanto, apresentamos, aqui, propostas concretas

que possam ser sugeridas e implementadas pela Administração Pública, seja na forma de políticas públicas ou de alteração legislativa.

Convidamos, portanto, nossas leitoras e nossos leitores à reflexão do papel social que exercem dentro de cada recorte de privilégio que detêm e em como podem atuar ou contribuir para tornar a sociedade mais justa, igualitária e verdadeiramente democrática.

Boa leitura!

MARGARETE GONÇALVES PEDROSO

Procuradora do Estado

Coordenadora do Curso de Extensão

em Direitos Humanos 2022